COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.568, DE 2007

Dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado JOÃO DADO

I - RELATÓRIO

O Projeto em epígrafe, de autoria do Senador GERSON CAMATA, veda às instituições públicas de qualquer esfera da Administração, cujo objeto seja o fomento econômico e o estímulo à produção agrícola ou industrial, concederem financiamento, crédito, isenção, renegociação de dívida ou quaisquer outros benefícios financeiros a pessoa jurídica de direito privado que não observe as vedações constantes do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição (com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

As referidas vedações consistem em trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Além disso, o Projeto estabelece que a pessoa jurídica, ao requerer o benefício, deverá apresentar prova de situação regular expedida pelo órgão competente.

Em sua Justificação, o Autor faz menção às inúmeras atividades econômicas que se utilizam da mão-de-obra infantil – estimativas de cerca de três milhões de menores de dezesseis anos trabalhando inclusive em

condições absolutamente insalubres. Nestas circunstâncias, quaisquer facilidades ou estímulos concedidos por instituições financeiras e agências de fomento e desenvolvimento são inaceitáveis. Cita, ainda, que a proposição resulta de sugestão da Fundação ABRINQ pelos direitos da criança e ganhou o apoio da Frente Parlamentar pela Criança, desta Casa. Lembra, por oportuno, que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA já adotou resolução a respeito do assunto.

Como relatora na Câmara Alta, a Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES chamou a atenção para dois pontos, devidamente apreciados e incorporados pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa: a omissão, no texto, ao Distrito Federal e a necessidade de fixação de cento e oitenta dias para a entrada em vigor da Lei, em razão de a implementação das medidas previstas depender de regulamentação dos respectivos Poderes Executivos e requerer providências por parte das Delegacias Regionais do Trabalho e das próprias instituições financeiras públicas.

Nesta Casa, o Projeto, sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramitando em regime de prioridade, foi examinado inicialmente pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que o aprovou por unanimidade, com a inclusão, entre as condições impeditivas ao gozo de qualquer dos benefícios mencionados, do trabalhador em condição análoga à de escravo.

A esta Comissão cabem o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira e o do mérito, antes da instância final, na Comissão de Constituição e Justiça e de cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão a apreciação da compatibilidade ou adequação do Projeto com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o orçamento anual, além da Lei de Responsabilidade

Fiscal. Neste sentido, e nos termos do Regimento Interno e de Norma Interna da Comissão, somente aquelas proposições que “importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública” estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira.

Ao se analisar a proposta, assim como a emenda aprovada pela CTASP, verifica-se que sua aprovação não afetaria as despesas ou receitas públicas federais, uma vez que dispõe apenas sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares.

Quanto ao mérito, consideram-se inquestionáveis os motivos que fundamentaram a presente iniciativa, visto que o Poder Público não pode, de forma alguma compactuar com empresas que lesem os direitos constitucionais do trabalhador de maneira tão flagrante.

Aliás, cabe ao Poder Público, por mandamento da própria Constituição Federal, coibir práticas como as mencionadas na proposição.

Conforme manifestação da Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES, surpreendente é o fato de que sanções semelhantes já não estivessem vigorando ou – diríamos – viessem sendo ignoradas.

Aliás, deixar de conceder facilidades e benefícios a tais empresas é uma medida por um lado singela, mas, talvez, até mais poderosa do que a imposição de penalidades ou outras restrições.

Nosso entendimento, a propósito, é o de que o alcance do Projeto deva ser ampliado, não se limitando a instituições da Administração Pública, motivo por que oferecemos, em anexo, Substitutivo que assegura um tratamento isonômico por parte das instituições financeiras e de fomento de um modo geral e, ao mesmo tempo, garanta um verdadeiro cerco a esse gênero de práticas ilícitas, que, inclusive, mancham a própria imagem do País no exterior.

Pelo exposto, somos pela não-implicação do Projeto de Lei nº 1.568, de 2007, assim como da emenda aprovada pela CTASP, em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública federal, não cabendo pronunciamento quanto à sua compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, e, no mérito, voto pela aprovação do Projeto e da respectiva emenda, no termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de julho de 2008.

Deputado JOÃO DADO
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.568, DE 2007

Dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas ou privadas, de crédito, subsídio, incentivo ou qualquer benefício de natureza tributária ou financeira de que resulte tratamento diferenciado ou privilegiado a pessoas jurídicas de direito privado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado a qualquer instituição pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como às instituições ou empresas privadas que tenham por objetivo o fomento econômico e o estímulo à produção agrícola ou industrial, conceder crédito, subsídio, incentivo ou qualquer benefício de natureza tributária ou financeira de que resulte tratamento diferenciado ou privilegiado a pessoa jurídica de direito privado que não atenda às condições estabelecidas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, bem como se utilize de trabalhador em condição análoga à de escravo.

§ 1º O descumprimento do preceito constitucional e a utilização de trabalhador em condição análoga à de escravo deverão ter sido reconhecidos em decisão judicial.

§ 2º A pessoa jurídica, ao requerer o benefício, deverá comprovar que se encontra em situação regular, mediante documento fornecido pelos órgãos competentes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de julho de 2008.

Deputado JOÃO DADO
Relator